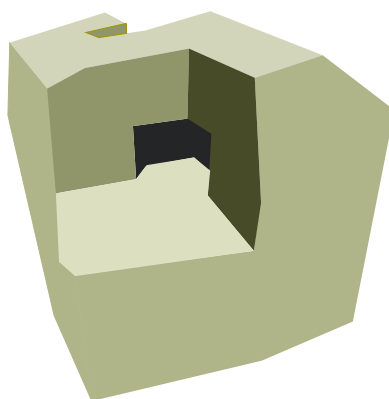


**OS DEZ ANOS
DO REGIME
JURÍDICO
DA URBANIZAÇÃO
E DA EDIFICAÇÃO**

EVOLUÇÃO
DO LICENCIAMENTO
MUNICIPAL
DAS OPERAÇÕES
URBANÍSTICAS,
1999-2009



OS DEZ ANOS DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro
Evolução do licenciamento municipal de operações urbanísticas

Actas do Encontro Anual da AD URBEM
Lisboa, LNEC, 26 e 27 de Novembro de 2009

Ficha Técnica

TÍTULO

Os Dez Anos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
A Evolução do Licenciamento Municipal de Operações Urbanísticas, 1999-2009.
Actas do Encontro Anual da AD URBEM.

COORDENAÇÃO

João Branco Pedro, Fernando Gonçalves & Leonor Vasconcelos

AUTORES

Alberto Manuel Botelho de Miranda, Ana Leite, Ana Pinho, Anabela Monteiro, António Cordeiro*, Carla Justo Louro, Cláudio Monteiro, Cristina Guimarães, Eduardo Cabrita*, Eduardo Gonçalves Rodrigues, Eduardo Jorge Simões Ganihlo, Elisa Vilares, Fernanda Paula Oliveira, Fernando Branco, Fernando Gonçalves, Francisco José Ferreira, Frits Meijer, Helena Cardoso de Menezes, Helena Oliveira Sécio, Henk Visscher, Inês Calor, Jeroen van der Heijden, Joana Mourão, João Appleton*, João Bento*, João Branco Pedro, João Carlos Antunes, João Cunha*, João Maricato, João Pitschiller, João Rodeia, Jorge Carvalho*, Jorge Silva*, José Aguiar*, José Gomes, José Luis Cunha*, L. Alves Dias, Leonor Assunção*, Leonor Cintra Gomes, Luís Grave, Manuela Gomes, Mariana Pessoa e Costa*, Marisa Mirador, Miguel Nuno Silva, Nuno Almeida, Paula Couto, Siza Vieira, Sara Eloy, Sofia de Sequeira Galvão*, Vasco Massapina & Vitor Sousa.

EDIÇÃO

AD URBEM – Associação para o Desenvolvimento
do Direito do Urbanismo e da Construção
A/c LNEC, Av. do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa
Website: www.adurbem.pt | e-mail: adurbem@adurbem.pt

FIGURA DA CAPA

Tiago Frazão

PROJECTO GRÁFICO

v-a · comunicação visual

© Propriedade da Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção. Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ISBN: 978-989-98057-3-6

* Não foram incluídas nas actas textos destes autores em virtude de resultarem de transcrições de intervenções orais não revistas pelos próprios.

OS DEZ ANOS DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro
Evolução do licenciamento municipal de operações urbanísticas

Actas do Encontro Anual da AD URBEM
Lisboa, LNEC, 26 e 27 de Novembro de 2009

Coordenação:
João Branco Pedro
Fernando Gonçalves
Leonor Vasconcelos

AD URBEM
Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção
a/c LNEC, Av. do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa – Tel./Fax. +351.21.844.37.92

Prefácio

Uma primeira palavra para registar o atraso de quase quatro anos na publicação das presentes Actas, respeitantes ao Encontro Anual da Ad Urbem de 2009, dedicado ao tema *Os Dez Anos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro. Apesar do tempo despendido com a reunião e a edição dos textos ter sido bem mais dilatado do que o habitual, diversas comunicações apresentadas no encontro não alcançaram a desejada forma final e, por esse motivo, não foram incluídas na presente publicação. Para não se perder o acesso a textos que podem contribuir para um melhor conhecimento da evolução do licenciamento municipal de operações urbanísticas, a AD URBEM procurará publicar, no seu site, as intervenções em falta, redigidas com base na transcrição das suas versões áudio, devidamente corridas pelos respectivos autores. Em qualquer caso, aos autores que entregaram atempadamente os textos completos é devido o presente pedido de desculpas.

Apesar do atraso assinalado, as conferências e as comunicações agora publicadas mantêm boa parte da sua actualidade. Uma década não se revelou suficiente para que o desenvolvimento do regime jurídico da urbanização e da edificação alcançasse a estabilidade que é, ou deveria ser, apanágio das instituições que tão de perto condicionam a vida quotidiana dos cidadãos. Em especial, e como é sublinhado no editorial de apresentação do Encontro (ver anexo), ainda continuam por regular, (...), *aspectos importantes dos projectos de reforma legislativa urbanística de 1999, designadamente, no domínio da responsabilidade e garantia da edificação, sendo manifesto que o direito da construção ainda aguarda por um trabalho de sistematização legislativa e de actualização e harmonização com a regulação urbanística procedente do sistema de gestão territorial*. Decorrida mais do que uma década, poucos foram os avanços significativos que se registaram nestes últimos domínios, salvo a aprovação, pela Assembleia da República, do regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis – regime contido na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho. Tal como em 2009, a melhoria do sistema regulamentar da construção português, continua a necessitar de aperfeiçoamentos no que respeita ao sistema de seguros e garantias e à organização e formulação da regulamentação técnica da construção, incluindo a prometida codificação das normas técnicas de construção.

De um modo geral, a organização deste livro de actas respeita a estrutura que presidiu ao ordenamento das sessões do encontro e das comunicações nele apresentadas, salvo no que respeita aos textos que, pelos motivos anteriormente

aduzidos, não nos é possível publicar neste momento. A mesma ordem de razões está na base da opção de agrupar as transcrições corrigidas das intervenções orais realizadas na abertura e no encerramento do encontro, nelas se incluindo as conferências proferidas pelos peritos convidados pela AD URBEM.

A AD URBEM agradece o apoio de todos – convidados, conferencistas e técnicos – que contribuíram para a realização e para o sucesso do Encontro de 2009 e, em particular, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por ter disponibilizado o seu Centro de Congressos.

Lisboa, Agosto de 2013

Fernando Gonçalves

João Branco Pedro

Comissões

Comissão Científica

Nuno Portas
Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura (Presidente)

António Pérez Babo
Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia

António Reis Cabrita
Universidade Católica Portuguesa

Fernando Nunes da Silva
Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico

Fernanda Paula Oliveira
Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito

João Cabral
Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura

João Cunha
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

João Miranda
Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito

Jorge Silva
Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura

Jorge Carvalho
Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais,
Jurídicas e Políticas

José Vasconcelos Paiva
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Paulo Pereira
Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura

Comissão Organizadora

Cláudio Monteiro

Fernando Gonçalves

José Luís Cunha

Zélia Pinheiro

Índice geral

Prefácio	v
----------------	---

Primeira sessão:

Articulação entre o RJIGT e o RJUE

Planeamento e/ou Gestão Urbanística: A que se deve a disjunção e o que falta para a conjunção <i>Luís Grave</i>	3
A urbanização do campo e o regime jurídico da urbanização e da edificação <i>João Carlos C. Antunes</i>	13
Algumas reflexões sobre a figura do reparcelamento <i>Eduardo Gonçalves Rodrigues</i>	25

Segunda sessão:

Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

Reabilitação de edifícios vs Reabilitação urbana: As contradições persistentes em Portugal <i>Ana Pinho</i>	39
Das boas intenções às dificuldades da prática: Relato de uma iniciativa de reabilitação de um fogo num centro urbano histórico <i>Joana Mourão & Miguel Nuno Silva</i>	57

Terceira sessão:

Proposta de Regime Jurídico da Edificação (substituição do RGEU)

Proposta de Regime Geral da Edificação <i>Vasco Massapina</i>	75
Regulamentos e Normas para Edifícios Baseados no Desempenho <i>Nuno Almeida, Fernando Branco, L. Alves Dias & Vitor Sousa</i>	91
Segurança das crianças nos ambientes construídos: Responsabilidade e boas práticas <i>Helena Cardoso de Menezes & Sara Eloy</i>	105

Quarta sessão:

Regulamentação Municipal da Urbanização e da Edificação

A Regulamentação Municipal da Edificação e Urbanização:

Análise crítica a partir do exemplo do código

regulamentar do Município do Porto

Manuela Gomes, Cristina Guimarães, Anabela Monteiro & Ana Leite 125

Obras de conservação em área de protecção de imóveis

classificados ou em área sujeita a servidão administrativa

ou restrição de utilidade pública

Carla Justo Louro 135

Quinta sessão:

Sistemas de Regulamentação da Construção na União Europeia

Sistemas de controlo da qualidade da construção na União Europeia:

A intervenção de actores públicos e privados

João Branco Pedro Frits Meijer Henk Visscher 141

Evolução da integração do princípio do direito dos administrados

à informação no regime jurídico da urbanização e edificação

Helena Oliveira Sécio 161

Sexta sessão:

Tutela da Legalidade Urbanística

O novo regime das nulidades dos actos de gestão urbanística:

Adequado às exigências que se lhe impõem?

Fernanda Paula Oliveira 179

Legalização de operações urbanísticas:

Três questões incómodas na aplicação prática do RJUE

Inês Calor 185

Sétima sessão:

Controlo Contencioso das Operações Urbanísticas

A acção pública administrativa no âmbito do RJUE:

Alguns aspectos do (novo) regime de intervenção processual

do Ministério Público

Fernando Gomes & José Gomes 199

Intimação judicial para a prática de acto legalmente devido

(ou para cumprimento do dever legal de decisão?) no âmbito do RJUE

Marisa Mirador 213

Oitava sessão:

Qualificação do Solo e Controlo das Operações Urbanísticas

Qualificação do Solo e Controlo das Operações Urbanísticas	
<i>Alberto Manuel Botelho de Miranda</i>	231

Edificação dispersa: Diluições e contradições na regulação da edificação em solo rural	
<i>Elisa Vilares</i>	241

Nona sessão:

Responsabilidade e Qualidade da Construção

<i>Leonor Cintra Gomes</i>	253
----------------------------------	-----

Responsabilidade e Qualidade do Projecto de Arquitectura	
<i>João Pitschieller</i>	255

O Pedido de Informação Prévia Favorável e a Alteração do Quadro Normativo	
<i>João Maricato</i>	259

A apreciação dos projectos de arquitectura: Tradições, contradições e condições	
<i>Leonor Cintra Gomes</i>	269

Décima sessão:

Codificação das Normas Técnicas da Construção

ProNIC: Sistema de Geração e Gestão de Informação Técnica para Cadernos de Encargos	
<i>Paula Couto</i>	285

Décima primeira sessão:

Qualificação dos Técnicos Intervenientes na Construção

Projecto, Fiscalização e Direcção de Obra	
<i>Eduardo Jorge Simões Ganilho</i>	296

A Propriedade Horizontal no RJUE: Sistematização de tabela para a sua constituição	
<i>Francisco José Ferreira</i>	311

Décima segunda sessão:

Qualidade da Arquitectura e da Paisagem

Evolução do Licenciamento Municipal de Operações Urbanísticas: Qualidade da Arquitectura e da Paisagem	
<i>João Rodeia</i>	321

Os municípios na génese da futura política nacional de arquitectura	
<i>Fernando Gonçalves</i>	325

Conferências

Génese do RJUE	
<i>Pedro Siza Vieira</i>	351

Building regulatory enforcement: On the impacts of private sector involvement in the enforcement of building codes	
<i>Jeroen van der Heijden</i>	357

Anexo

Editorial respeitante ao Encontro sobre «Os dez anos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação»	
<i>Editorial AD URBEM, Lisboa, Maio de 2009</i>	379

OS DEZ ANOS DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO

EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO MUNICIPAL DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS, 1999-2009

Actas do Encontro Anual da Ad Urbem.
LNEC, Lisboa – 26 e 27 de Novembro 2009

AD URBEM

A Ad Urbem é uma associação sem fins lucrativos, destinada a promover o progresso dos conhecimentos teóricos e práticos no domínio do Direito do Urbanismo e da Construção. Embora assumindo-se como associação científica, a Ad Urbem procura contribuir para uma maior consciência cívica dos direitos e dos deveres urbanísticos dos cidadãos.

A dupla vertente científica e cívica da Ad Urbem expressa-se numa das suas principais actividades: promover o debate da componente legal e regulamentar das políticas públicas de urbanismo e construção praticadas em Portugal.

Atendendo à multiplicidade dos interesses que convergem na sua esfera de acção, a Ad Urbem encontra-se organizada numa base pluridisciplinar, contando com a participação de juristas, de arquitectos, de engenheiros, de geógrafos e de outros profissionais cujo saber contribui para a feitura e a aplicação das leis do urbanismo e da construção.

AUTORES

Alberto Manuel Botelho de Miranda, Ana Leite, Ana Pinho, Anabela Monteiro, António Cordeiro, Carla Justo Louro, Cláudio Monteiro, Cristina Guimarães, Eduardo Cabrito, Eduardo Gonçalves Rodrigues, Eduardo Jorge Simões Ganilho, Elisa Vilarés, Fernanda Paula Oliveira, Fernando Branco, Fernando Gomes Fernando Gonçalves, Francisco José Ferreira, Frits Meijer, Helena Cardoso de Menezes, Helena Oliveira Sécio, Henk Visscher, Inês Calor, Jeroen van der Heijden, Joana Mourão, João Appleton, João Bento, João Branco Pedro, João Carlos Antunes, João Cunha, João Maricato, João Pitschiller, João Rodeia, Jorge Carvalho, Jorge Silva, José Aguiar, José Gomes, José Luis Cunha, L. Alves Dias, Leonor Assunção, Leonor Cintra Gomes, Luís Grave, Manuela Gomes, Mariana Pessoa e Costa, Marisa Mirador, Miguel Nuno Silva, Nuno Almeida, Paula Couto Pedro, Siza Vieira, Sara Eloy, Sofia de Sequeira Galvão, Vasco Massapina & Vitor Sousa.

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO



APOIO



ISBN 978-989-98057-3-6